



# JORNAL DO SINDIPETRO

## PARANÁ E SANTA CATARINA



Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXVIII | Nº 1274 | de 16 a 22 de abril de 2012

# Primeirização na Transpetro

**D**irigentes do Sindipetro Paraná e Santa Catarina foram até Joinville na última semana para fazer uma conversa com os 22 novos trabalhadores da Transpetro que foram contratados a partir de uma decisão judicial que obrigou a empresa a primeirizar atividades.

No encontro os sindicalistas ressaltaram que apesar de as contratações ocorrerem *sub judice*, os novos petroleiros não devem se abalar porque isso não diminui o mérito de terem sido aprovados em um concurso público. O demérito cabe à empresa por ter protelado as contratações. Foi preciso um “puxão de

orelha” do Ministério Público do Trabalho para que a primeirização acontecesse.

O adiamento para a efetivação dos petroleiros próprios só contribuiu para gerar mais traumas na vida dos terceirizados. Em relação a esses trabalhadores, o Sindicato questionou a Companhia sobre eventuais restrições que eles possam sofrer em futuros contratos de prestação de serviços na área da Transpetro. A resposta foi que não há tal impedimento, desde que esse trabalhador não retorne ao seu antigo posto de trabalho, agora primeirizado. O Sindicato está atento à promessa da Transpetro e não hesitará em cobrá-la caso ocorra eventual discriminação aos terceirizados.



Sindicalistas durante conversa com os novos contratados

### Entenda o caso

As novas contratações aconteceram a partir de denúncia oferecida pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina em 2004 à Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região, que acatou a acusação e moveu ação contra a Transpetro. À época o Sindicato expôs ao órgão que a Transpetro apresentava várias atividades terceirizadas que feriam a legislação trabalhista por apresentarem os requisitos de personalidade e subordinação hierárquica, além de serem previstas no Plano de Cargos e Salários da “holding” Petrobrás S.A.

O Sindipetro ainda levantou que o modelo de contratação temporária utilizado pela Transpetro evidenciava o burlo a Lei 6.019/74, principalmente em relação ao tempo no qual alguns trabalhadores prestam serviços (mudança de contratos e permanência dos trabalhadores durante anos), ferindo claramente o art. 16 da citada lei, configurando prestação de serviços de pessoal para atender atividades regulares. Além disso, havia diferenciação salarial e de direitos atendidos entre o pessoal próprio e os contratados, o que caracteriza discriminação.



[WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR](http://WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR)

TWITTER: @SINDIPETROPRSC  
FACEBOOK: SINDICATO DOS PETROLEIROS

# Definidos os representantes do Sindicato para os Congressos da CUT

A cada três anos os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores em todo país elegem seus representantes em assembleias para participarem dos congressos estaduais e nacional da CUT. É um momento importante para a organização dos trabalhadores brasileiros, pois nos congressos são debatidas a conjuntura da classe trabalhadora e o plano de ação unificado para os próximos três anos, a fim de conquistar cada vez mais direitos e disputar a hegemonia na sociedade. Nos congressos também são eleitas as direções que comandarão a CUT Nacional e CUT's estaduais pelo próximo triênio.

O Sindipetro realizou duas assembleias no dia 10

de abril para eleger seus delegados do Paraná e de Santa Catarina. Os titulares para o 12º Congresso Estadual da CUT (CECUT) do Paraná são Anacelie Azevedo (Repar), Silvaney Bernardi (SIX) e Luciano Zanetti (Repar). Leomar Setti (Repar), Anselmo Ernesto Ruoso Junior (Repar) e Mário Dal Zot (SIX) são os suplentes. Para o 11º Congresso Nacional da CUT (CONCUT) o eleito foi Roni Anderson Barbosa (Repar), com Anselmo Ernesto Ruoso Junior na suplência.

Para o 11º CECUT de Santa Catarina foram eleitos Adriano Norberto Flores (titular) e Igor Porn (suplente). De acordo com as regras regimentais da CUT, os petroleiros de Santa Cata-



rina não atingiram o coeficiente necessário para a participação no CONCUT.

O CECUT Paraná vai acontecer entre os dias 24 e 27 de maio de 2012, em Curitiba. O Congresso de Santa Catarina ocorre nos

dias 31 de maio, 01 e 02 de junho, no Cambirela Hotel, em Florianópolis. Já o 11º CONCUT será realizado entre os dias 09 e 13 de julho, em São Paulo.

## Delegados para o 12º CECUT/PR

### Titulares

Anacelie Azevedo (Repar);  
Silvaney Bernardi (SIX); Luciano Zanetti (Repar).

### Suplentes

Leomar Setti (Repar);  
Anselmo Ernesto Ruoso Junior (Repar);  
Mário Dal Zot (SIX).

## Delegados para o 11º CONCUT

Roni Anderson Barbosa (Repar) - Titular;  
Anselmo Ernesto Ruoso Junior - Suplente.

## Delegados para o 11º CECUT/SC

Adriano Norberto Flores (titular)  
Igor Porn (suplente)

## Conheça um pouco mais sobre a CUT!

A CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, o Conclat. É uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolidou como a maior central sindical do Brasil, da América

Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.438 entidades filiadas, 7.464.846 trabalhadoras e trabalhadores associados e 22.034.145 trabalhadoras e trabalhadores na base. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego de 2009 confirmam a supremacia da CUT no país, com 38,23% dos sindicatos que são filiados a alguma central sindical, quase o triplo da segunda colocada, a Força Sindical, que detém 13,71%.

Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e



dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos,

por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade mais justa e democrática.

# Terceirização: seminário discute dilemas e perspectivas

A terceirização precariza as condições de trabalho e ameaça o direito dos trabalhadores. Está claro que esta forma de contratação de mão de obra tem como objetivo aumentar a produtividade, a competitividade e, claro, o lucro das empresas sem qualquer compromisso com os trabalhadores.

Estes foram os principais consensos entre os debatedores que participaram na última quinta-feira (12) do primeiro dia do seminário "A Terceirização e seus Impactos sobre o Mundo do Trabalho: Dilemas, Estratégias e Perspectivas", realizado no CESIT/Unicamp.

Já quando foi colocada em debate a questão da regulamentação da terceirização, as opiniões da mesa se dividiram. A princípio, uns defenderam o fim desta forma de contratação. Outros, consideraram essa hipótese impossível, sob o argumento de que é preciso proteger os quase 12 milhões de trabalhadores terceirizados no país - 14% deles só no estado de São Paulo. Ou seja, é um processo sem volta e é fundamental regulamentar para evitar precarização.

Após os debates e argumentações, prevaleceu entre todos os debatedores a certeza de que é preciso lutar por uma regulamentação decente, que proteja os trabalhadores, garanta seus direitos.

O juiz do Trabalho Jorge Souto Maior, por exemplo acha que a terceirização deve acabar. Para ele, "a terceirização aprofunda de forma explícita a lógica da exploração e não pode ser regulada. A ter-

ceirização não pode existir," afirmou para aplauso da plateia<sup>1</sup>. Segundo o juiz, a terceirização é perversa, explora, cria um grupo de trabalhadores de segunda categoria, sem direitos. "A perversidade não tem fim", disse o juiz, concluindo: "não basta explorar tem de tirar o bagaço". Apesar disso, o juiz concordou que é preciso garantir direitos aos trabalhadores e assumiu o manifesto do Fórum em defesa dos trabalhadores terceirizados.

Os economistas reconhecem que a terceirização faz parte de um processo de transformação do modo de produção e não tem volta. Segundo eles, daqui há alguns anos, podemos ter no país mais de 30 milhões de trabalhadores terceirizados. A solução, segundo alguns deles, é traçar estratégias para que tenhamos uma regulamentação decente do trabalho terceirizado. Mas não são todos que concordam com isso.

Entre eles está Ricardo Antunes, professor de sociologia da Unicamp, para quem a terceirização "é uma porta aberta para a degradação, informalização do trabalho que precisa ser combatida".

Outros acreditam que é preciso combater a precarização, além de pesquisar mais, debater mais e construir uma visão mais realista do mundo do trabalho atual em comparação com os direitos da classe trabalhadora. Este é o caso do presidente do IPEA, Márcio Pochmann. "A terceirização é parte de um processo maior na forma de uso do trabalho, na transformação do modo de



**Sindipetro Paraná e Santa Catarina participou dos debates**

produção. Nada mais é do que um processo adicional na divisão do trabalho como forma de aumentar a rentabilidade do trabalho", disse ele. "Temos de construir convergência para uma regulamentação decente".

O diretor técnico do DIEESE, Clemente Ganz Lúcio, concorda com esta visão. Para ele, o movimento sindical tem de aproveitar o momento em que há uma disputa no Congresso Nacional para criar um marco regulatório, regularizar a terceirização impondo limites máximos e mínimos e incentivando as boas práticas nas empresas. Ele se referiu ao PL 4330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel, cujo substitutivo feito pelo deputado federal Roberto Santiago libera a terceirização para as atividades-fim das empresas - até agora só é permitido nas atividades-meio.

"A regulamentação faz muita diferença para os cerca de 12 milhões de trabalhadores terceirizados do país. Temos de encontrar instrumentos para garantir os direitos desses trabalhadores", disse Clemente.

O presidente da CUT, Artur Henrique, concorda com Pochmann e Clemente. Para ele, uma das melhores for-

mas de combater a precarização do trabalho através da terceirização é regulamentando com regras duras que encareçam essa forma de contratação. Para ele, se o PL 4330 for aprovado, "vamos ter a pior reforma trabalhista já feita no Brasil".

Artur pediu aos debatedores para sair deste falso dilema de regulamentação ou o fim da terceirização. "Aqui todos querem acabar com a precarização via terceirização. Temos de traçar estratégias conjuntas de lutas. Esse é um dos maiores desafios que temos".

Segundo Artur, o que está em disputa são os rumos do desenvolvimento do país. "Não podemos ser a 6<sup>ª</sup> ou 5<sup>ª</sup> economia do mundo e continuar tendo trabalho precarizado, trabalho escravo e infantil e tantas outras mazelas no mundo do trabalho". Para o presidente da CUT, o movimento sindical precisa ter capacidade de ir para às ruas e propor greve contra este projeto de terceirização que está tramitando na Câmara dos Deputados. "Os direitos da classe trabalhadora que constam da CLT têm de ser mantidos. Isso é prioridade do movimento sindical", concluiu.

Por Marize Muniz, do Portal do Mundo do Trabalho ([www.cut.org.br](http://www.cut.org.br))

**"Se o PL 4330 for aprovado, vamos ter a pior reforma trabalhista já feita no Brasil".**

# Assembleia apreciou e deliberou sobre o relatório da Comissão de Ética

As práticas antissindicaais e a exposição ao risco de pessoas, equipamentos e meio ambiente ocasionadas pela ação dos fura-greve que renderam de modo irresponsável os operadores da Repar, durante as mobilizações pela recomposição do efetivo no final do ano passado, gerou a instauração de uma Comissão de Ética do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, conforme o art. 8º do Estatuto do Sindicato, na assembleia geral extraordinária de 29 de setembro de 2011.

A Comissão eleita contou com cinco membros e se reuniu em cinco oportunidades para debater caso a caso e deliberar acerca das sanções que constariam no relatório. No total foram 27

denunciados à comissão, sendo dois não sindicalizados e, portanto, não foram objeto de apreciação da comissão. Cabe ressaltar que todos os denunciados foram notificados e tiveram ampla oportunidade de apresentar defesa e oferecer o contraditório, tanto de forma escrita como presencial.

O relatório final da Comissão orientou sobre as punições cabíveis aos 25 associados envolvidos nos casos de práticas antissindicaais. A aprovação total ou parcial e até mesmo a reprovação do relatório foi decidido pela categoria na

assembleia do dia 10 de abril. Por unanimidade os petroleiros resolveram apro-

var na íntegra o documento da Comissão de Ética.

Desta forma, dos 25 denunciados, 15 serão retirados do quadro associativo do Sindicato, 09 sofrerão advertência por

escrito e 01 terá a absolvição. Todos serão notificados pelo Sindicato.

As sanções têm caráter disciplinar. De acordo com o estatuto do Sindicato, os expulsos só poderão retornar à condição de sindicalizados caso uma assembleia seja convocada para este fim, após seis meses da decisão, e ocorra a aprovação do retorno dos penalizados.

**A categoria decidiu em assembleia pela aprovação do relatório da Comissão de Ética.**


**JORNAL DO  
SINDIPETRO**  
PARANÁ E SANTA CATARINA

**EXPEDIENTE**

O **Jornal do Sindipetro** é o órgão oficial de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Com **Sede em Curitiba**, na rua Lamenha Lins, 2064, CEP 80220-080. Tel.: (41) 3332-4554 / Fax.: (41) 3332-5215. **Regional São Mateus do Sul**: rua Paulino Vaz da Silva, 535, CEP 83900-000. Tel/Fax.: (42) 3532-1442 - e-mail: saomateus@sindipetroprsc.org.br. **Regional Paranaguá**: rua Odilon Mader, 480, bairro Estradinha, CEP 83206-080. Tel/Fax.: (41) 3424-0255 - e-mail: paranaguá@sindipetroprsc.org.br. **Regional Joinville-SC**: rua Elly Soares, 127, sala 2, bairro Floresta, CEP 89211-715 - Tel.: (47) 3025-4014 - e-mail: joinville@sindipetroprsc.org.br.

**Jornalista Responsável**: Davi S. Macedo (MTB 5462 SRT/PR) - imprensa@sindipetroprsc.org.br.

**Impressão**: IdealGraf. **Tiragem**: 2,7 mil exemplares

**Distribuição gratuita e dirigida**

**Diretoria**: Adriano, Alhan, Anacélie, Anselmo, Celso, Claudiney, Dagoberto (Gaúcho), Edison (Ramos), Edison (Edinho), Evaldo (Lamin), Faissal, Fernando Melo, Fernando Vieira, Igor, José, Leomar, Luciano (Zanetti), Luiz A. dos Santos, Luiz A. Gonçalves, Luiz Carlos (Caus), Luiz E. Castro, Marcelo, Márcio, Maria de Lourdes, Mário, Natálio (Roncada), Nelson, Nizaor, Oilson, Rafael, Rodrigo Camargo, Rodrigo Mitidiero, Romi, Rui, Silvaney, Valton e Wilson.

## Proposta de Sindicalização

Nome: \_\_\_\_\_ Nome de Guerra: \_\_\_\_\_  
 Sexo ( ) M ( ) F Nascido em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
 Admissão na empresa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nível Salarial: \_\_\_\_\_  
 Empresa: \_\_\_\_\_ Matricula: \_\_\_\_\_  
 Aposentadoria: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ CB: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_ Setor: \_\_\_\_\_  
 Gerência \_\_\_\_\_ Órgão: \_\_\_\_\_  
 End. Res.: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Tel Res.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Tel Com: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_

( ) **Aposentados** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 0,8% do rendimento bruto (INSS+Petros).

( ) **Ativos** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 2,5% do salário básico.

\_\_\_\_\_ de 201\_\_

\_\_\_\_\_ assinatura